

Contributo para a construção de uma tipologia de precariedade na profissão de jornalista em Portugal

Tiago Lima Quintanilha, Gustavo Cardoso, Miguel Paisana

¹ ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal, Autor de contato: Tiago.lima@obercom.pt, ORCID: 0000-0001-9189-481X; ² ISCTE, CIES-IUL, E-mail: gustavo.cardoso@obercom.pt, ORCID: 0000-0003-2067-4718; ³ ISCTE, CIES-IUL, E-mail: miguel.paisana@obercom.pt, ORCID: 0000-0002-6316-8092.

Resumo: Este artigo visa contribuir para a construção de uma tipologia de precariedade na profissão de jornalista, com base na análise longitudinal dos dados recolhidos em cinco inquéritos realizados aos jornalistas portugueses, pelo Observatório da Comunicação (2010, 2012, 2017 e 2019) e pelo CIES-IUL (2010-2013). Entendida como uma profissão fortemente suscetível à disrupção tecnológica e ao impacto mais amplo do informacionalismo, da digitalização e do pós-industrialismo, o jornalismo é visto por académicos e profissionais como uma atividade constantemente desafiada, em renegociação permanente do seu contrato com a sociedade. Desta envolvimento negativa resultam três tipos de precariedade: 1) a precariedade do emprego, onde a sub-dimensão flexibilização contratual determina a maior ou menor vulnerabilidade contratual dos jornalistas; 2) precariedade no trabalho, representada num sentimento de insatisfação perante o trabalho; e 3) a precariedade da prática profissional, com o aumento das cargas e fluxos de trabalho indutores de descompetencialização, e com o número de horas de trabalho extra não remunerado exponenciado por contextos de coerção simbólica e consentimento relutante.

Palavras-chave: jornalismo, profissão, precariedade, Portugal.

Contribution to the construction of a typology of precariousness in the profession of journalist in Portugal

Abstract: This article aims to contribute to the construction of a typology of precariousness in the journalist profession, based on the longitudinal analysis of five surveys carried out to Portuguese journalists, by the Communication Observatory in Lisbon (2010, 2012, 2017 and 2019) and by CIES-IUL (2010-2013). Perceived as a profession strongly susceptible to technological disruption and to the wider impact of informationalism, digitization and post-industrialism, journalism is seen by academics and professionals as an activity constantly challenged and in permanent renegotiation of its contract with society. This negative environment results in three types of precariousness: 1) precariousness in terms of employment, where the sub-dimension of contractual flexibility determines the greater or lesser contractual vulnerability of journalists; 2) precariousness at work, represented by feelings of dissatisfaction with the work itself; and 3) precariousness of professional practice, with the increase in workloads that induce the de-skilling phenomenon, and the number of unpaid extra hours of work aggravated by contexts of symbolic coercion and reluctant consent at work

Keywords: journalism, profession, precariousness, Portugal.

1. Introdução

Para compreendermos as grandes transformações operadas na profissão de jornalista nos últimos 20-25 anos, é preciso introduzir o conceito de digitalização e das tecnologias de informação que se estabeleceram como o principal ímpeto na reconfiguração do mundo dos media. Em traços gerais, a digitalização institui-se como a figura de proa de um fenómeno mais vasto conhecido por globalização (Giddens, 1991, 2000; Bauman, 1998), que corresponde a um novo processo de integração económica erguido da complexa interação entre tecnologia e sociedade (Castells, 1989 e 2002).

Ao nível da reconceptualização promovida por esta digitalização em toda a vida social e nas formas como nos relacionamos com os outros (Carroza, 2018), os media, e a sua economia clássica, sofreram uma reconfiguração (Cardoso, 2006) notável nas formas de produção, disseminação e receção de conteúdos.

Neste contexto, poucas profissões terão sofrido um impacto tão assinalável como o jornalismo, cujas transformações ocorrem ao nível da prática/trabalho, dos valores, e dos procedimentos (Singer, 2010; Deuze, 2005), mas também ao nível dos modelos de negócio (Sonwalker, 2019) dos principais sectores onde a profissão se consolidou (i.e. imprensa escrita), num conjunto de transformações que são potenciadoras de incerteza, ameaça e angústia (Zelizer, 2015), e que arrastam consigo uma forte crise identitária e de precariedade no jornalismo (Cohen, 2016; Matos, 2017; Quintanilha, 2019).

Ao mesmo tempo que a digitalização e a abertura da Internet configuram uma diluição das fronteiras entre os profissionais jornalistas e a audiência empoderada, participativa e interativa (Beckett, 2010; van der Haak, Parks, & Castells, 2012), que passa a poder produzir os seus próprios conteúdos informativos e a disputar o papel seminal do jornalista na esfera pública, numa redução do valor de troca no jornalismo e sua desintermediação, a exponenciação de conteúdos informativos ao dispor na Internet também cresce exponencialmente, fundando aquilo que hoje se designa pela pletora informativa online, imediatista, acelerada e ubíqua (Tanikawa, 2017), com impacto na redução do valor económico da notícia. O resultado, já o sabemos, é uma pauperização de um ecossistema com evidentes dificuldades em gerar receita, e cujo impacto é, naturalmente, sentido pelos jornalistas que se movem neste mundo turbulento (McNair, 2006). Um mundo turbulento fundamentalmente precário – com exceções (Pacheco, & Sousa Freitas, 2014) –, e onde a vantagem competitiva se traduz, cada vez mais, na necessidade de fazer mais, de mais formas, e mais depressa (van den Bulck, Donders, & Lowe, 2018), sem a devida compensação ao nível de salários e de contratos de trabalho, ao mesmo tempo que se tenta combinar polivalência (Fenton, 2010) e imediatismo (Tanikawa, 2017) que potenciam a jusante uma despadronização (Cohen 2017) do trabalho jornalístico que, em termos históricos, caminhou de braços dados com as exigências do procedimentalismo, da perícia, e do normativismo profissionais.

A pergunta de partida que colocamos é assim a seguinte: RQ1: Tendo em conta os dados recolhidos em cinco inquéritos aplicados aos jornalistas em Portugal (2010, 2010-2013, 2012, 2017, 2019), fará sentido falar de uma precariedade multidimensional entre os jornalistas portugueses, determinada por diferenças no exercício da prática profissional e diferenças ao nível do contrato de trabalho, ou estaremos perante uma realidade que é igualmente extensível a todos os profissionais?

2. Enquadramento teórico

2.1. Precariedade no trabalho

Do ponto de vista histórico, refere Alberti [et al.] (2018), o uso do termo precariedade no trabalho foi primeiramente atribuído a Bourdieu (1963), quando este, numa pesquisa levada a cabo na Argélia, estabeleceu uma primeira diferenciação entre os trabalhadores com contratos permanentes, e aqueles outros com ocupações casuais. Mais tarde, Bourdieu, nos ensaios a que designou *Contrafogos* (1998 e 2001), aborda a precariedade como um novo modo de dominação (exercido a todos os níveis da hierarquia social) sobre os trabalhadores e sobre as trabalhadoras que, constrangidos/as, se submetem a uma aceitação da exploração do seu trabalho caracterizado por uma insegurança generalizada e permanente.

Bourdieu (2001) enquadra esta insegurança generalizada e permanente do trabalho precário numa inevitabilidade vendida por um “neoliberalismo hábil em apresentar as exigências inflexíveis de contratos de trabalho leoninos sob as roupagens da flexibilidade” (Bourdieu, 2001, p.7). Um neoliberalismo, segundo o autor, que promove a ideia de uma espécie de princípio positivo de organização coletiva (Bourdieu, 2001, p.18) indutora de dessocialização do trabalho assalariado e de uma atomização metódica dos trabalhadores, que seja capaz de produzir agentes económicos mais eficazes e produtivos (Bourdieu, 2001, p.18). Para Bourdieu (2001, p.11), esta precarização, por ser generalizada, é também evidente nas profissões com forte capital cultural, como é o caso das carreiras da comunicação e, especificamente, dos jornalistas, que Accardo (2007) caracterizou como o novo tipo de proletariado.

Alberti [et al.] (2018) alega que é na década de 1970 que o tema sobre precariedade laboral ganha outra saliência, passando a estar na agenda dos grupos políticos de esquerda da Europa continental que lutavam pelos direitos dos trabalhadores mais jovens, excluídos dos designados empregos estáveis, apelando à sua mobilização. Isto levou, e continua a levar, no entender de Alberti [et al.] (2018), a um debate sobre se a condição de precariedade deve ser definida enquanto processo (Smith, & Pun, 2018), ou se pode ser definida enquanto classe *per se*, tendo Guy Standing (2011), proeminente investigador na área das ciências do trabalho, exercido oposição à interpretação do termo precário enquanto condição de classe.

Do ponto de vista hermenêutico, o conceito de precariedade laboral – que Bauman (2000) entende como uma característica da nova ordem económica global – pode ser caracterizado por uma condição associada a uma situação permanente ou circunstancial experienciada num contexto de maior ou menor disponibilidade de meios e recursos (Tejerina, 2019), que se justapõe aos significados de oportunidade e possibilidade (Gandini, & Leonini, 2019). Já do ponto de vista antropológico, observa Le Blanc (2007), a precariedade está associada à dimensão de incerteza que caracteriza a condição humana, relacionando-se desde cedo, segundo Tejerina (2019), com categorias como a anomia, a alienação, a marginalidade e a pobreza. Para Tejerina (2019, pp.89-90), a teoria social institui que a insegurança se estabelece como elemento que aparece regularmente no desenvolvimento conceptual de precariedade na Era contemporânea, estando adicionalmente associada ao risco, à incerteza, e às situações com elevada complexidade. O autor lembra que foi nas últimas décadas que o conceito experienciou uma mudança semântica para o campo do trabalho e do emprego, tendo-se tornado um definidor das situações sociais do dia-a-dia a partir de um significado fundamentalmente pejorativo que aponta para algo transitório que tende, por natureza, a dever ser resolvido,

por consistir na deteção de situações desreguladas que produzem espaços sociais de vulnerabilidade, deficiência e desintegração.

Assim, as últimas décadas são importantes para situar o conceito de precariedade, no sentido em que é no seguimento da nova ordem mundial caracterizada pela globalização económica (Roque, 2013), que as diferentes organizações dos países capitalistas tornaram o seu modo de funcionamento dependente da tecnologia, incluindo a Internet (Banás, 2019, p.116), e passaram a integrar um conjunto de estratégias tendencialmente orientadas para a flexibilização laboral e para a segmentação e fragmentação do trabalho, levando a uma erosão das condições desse trabalho.

Na sua obra *“A Sociedade em Rede”*, Castells (2002) recorda-nos que esta globalização económica abriu um leque de oportunidades às empresas, que assim passaram a poder reduzir o número de trabalhadores em função da força de trabalho estritamente indispensável, subcontratando e recorrendo ao trabalho temporário, parcial e contingencial, para fazer face aos contextos e aos diferentes momentos, tirando partido de uma gestão flexível da força produtiva em prejuízo das condições de trabalho e dos direitos laborais. Esta nova ordem económica é descrita como tendo contribuído para um aumento da precariedade laboral como resultado da flexibilização dos mercados de trabalho, onde a profissão de jornalista, demarcada por uma envolvente profundamente negativa, não é exceção a esta tendência.

Para alguns teóricos, como Castells (2002), esta precariedade estabelece-se como um produto da globalização e do emprego despadronizado, podendo miscigenar-se no significado de insegurança no trabalho (Bourdieu, 2000; Alberti et al., 2018), no sentido em que ambos os conceitos tendem para uma mesma interpretação, isto é, para as noções de incerteza, imprevisibilidade, má-remuneração e insegurança de uma ocupação exercida por um trabalhador num mercado laboral flexibilizado.

Contudo, Bobkov (2019, p.51) alega que a precariedade do emprego, sendo uma ameaça à estabilidade social e económica da vida da população, não é apenas uma consequência socioeconómica do capitalismo global.

Asahina (2019) observa que esta precariedade/insegurança laboral se normalizou, ocupando as agendas de trabalho de vários teóricos (Allison, 2013; Nichols, & Walters, 2013; Benach et al., 2014; Han, 2018; Lorey, 2015; Ortner, 2016) que passaram a caracterizar a precariedade laboral como um novo modo de dominação social de alcance universal (Asahina, 2019, p.5), tal como Bourdieu havia discutido (1998 e 2001), ou uma nova realidade económica que define e atravessa o modo de vida nas sociedades contemporâneas (Standing, 2011 e 2014).

Como refere Quinlan (2013, p.17), as mudanças nas práticas de negócios, juntamente com o domínio do discurso da política neoliberal, reformularam a organização do trabalho e a estrutura de proteção social, tornando evidente a antagonização antiética dos direitos, da segurança e do bem-estar dos trabalhadores, das suas famílias e da comunidade em geral. Para o autor, a mudança para um regime de flexibilidade laboral que tipifica o novo mundo do trabalho, passou a ser marcado pela precariedade, desorganização e diluição regulatória, à medida que o trabalho passa a ser tratado como uma mercadoria dispensável e comercializada como qualquer outro fator de produção. O autor conclui, referindo que o crescimento da precariedade no trabalho é o exemplo mais claro de uma subordinação das condições de trabalho, ao lucro e às forças comerciais.

Adicionalmente, indica Banás (2019), as crises económicas, como foi o caso da última crise do *subprime* e dívidas soberanas que terá começado em 2008, tendem a

resultar na emergência de sistemas específicos de contingência orientados para mais precariedade, como os contratos de trabalho de duração até três meses, de forma a reduzir significativamente os custos de trabalho nas empresas. Por seu turno, Hardt e Negri (2009) acrescentam que a precariedade também pode e deve ser avaliada pela relação do trabalhador com o seu trabalho, uma relação que é definida a montante pelos novos mecanismos de controlo do empregador que levam a um colapso da fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre, no sentido em que o trabalhador, ao não estar permanentemente a trabalhar, deverá, contudo, estar constantemente disponível para o fazer.

Asahina (2019, pp.8-9), ao analisar as várias camadas de um fenómeno que passou a ser descrito como um dos temas mais revisitados pela sociologia (Benach et al., 2014), conclui que existem três mecanismos que alimentam esta tendência para a precariedade: 1) *deceção*, que consiste em descrições fraudulentas de uma oferta de trabalho, na qual a descrição do trabalho difere do trabalho propriamente dito, em termos de tarefas a realizar, número de horas de trabalho e expectativas de remuneração; 2) *coerção*, que consiste numa tendência na qual o empregador exerce uma espécie de violência simbólica, verbal ou física, de forma a incitar o trabalhador a trabalhar mais horas do que as devidas, sem a devida recompensa salarial, num mecanismo que se designa por sistema de horas extra; 3) e *consentimento relutante*, que consiste numa certa forma de consentimento do trabalhador face à sua condição de precariedade, e que atinge fundamentalmente os trabalhadores mais jovens envolvidos numa dialética definida pelo desejo de emprego seguro e a realidade sombria do mercado de trabalho.

Já Alberti [et al.] (2018) explora o conceito de precariedade, identificando três tipos, a saber: 1) *precariedade explícita*, que existe na forma de condições contratuais impostas; 2) *precariedade implícita*, que diverge das perceções tradicionais sobre precariedade voltadas para a má-remuneração ou para a desqualificação do trabalho, consistindo, por exemplo, em estruturas que desencadeiam em alguém um medo de perder o trabalho, que é majorado em função da volatilidade da relação contratual; e 3) *precariedade cidadã*, ditada fundamentalmente por aspetos de ordem jurídica que determinam o acesso ao trabalho (i.e. acesso dos migrantes a trabalhos de qualidade e bem-estar no emprego).

A conceptualização de precariedade tende assim, na maioria dos casos, para um significado unidimensional do fenómeno, ao aparecer fundamentalmente associada às características da relação contratual do emprego (Asahina, 2019). No entanto, tal como argumentado por Colombo e Rebughini (2019), e Cuzzocrea (2019), a precariedade não diz respeito apenas à experiência no trabalho, estendendo-se aos seus efeitos no dia-a-dia dos cidadãos, e contribuindo para diferentes graus de desigualdade social, ao mesmo tempo que se estabelece como um determinante social que afeta a saúde dos trabalhadores e, indiretamente, as suas famílias (Benach et al., 2014).

Tal como refere Serge Paugam (um dos autores pioneiros nos estudos sobre precariedade), que diferenciou níveis de precariedade e explorou os efeitos sociais dessa precariedade na dimensão individual, a precariedade das condições de trabalho determina a própria saúde dos trabalhadores (Paugam, & Russell, 2000; Lemke, 2016), está diretamente associada a atitudes mais negativas para com a sociedade, e leva a uma maior insatisfação perante a democracia (Gallie, & Paugam, 2002). Paugam (2000), para quem a precariedade é sobretudo um termo relativo que depende de cada sociedade e da sua própria coerência, definiu uma tipologia mais maximalista de precariedade no trabalho. O autor fala de uma precariedade que resulta da relação com o emprego

(*précarité de l'emploi*) e que está por exemplo associada à relação contratual, e de uma precariedade no trabalho (*précarité du travail*) que está associada às más condições de trabalho e que influencia as dimensões motivacional e de satisfação do próprio trabalhador, perante o seu trabalho. Conclui, referindo que o trabalhador é precário na mesma exata medida em que o seu trabalho lhe parece desinteressante, mal pago, e com pouco valor para a empresa/organização para a qual trabalha (Paugam, 2000, p.356).

2.2. Precariedade no jornalismo

No âmbito da profissão de jornalista, a precariedade tem sido fortemente discutida na pletera dos estudos de jornalismo (Cohen, 2017; Matos, 2017; Quintanilha, 2019, Örnebring, s.d.), uma vez que, com a dinâmica acelerada da reorganização no trabalho e com os cortes promovidos pelas cúpulas diretivas das organizações de media, no sentido da racionalização de custos e recursos, o jornalismo tornou-se progressivamente mais precário e menos acessível a todos aqueles que querem exercer a profissão (Deuze, & Witschge, 2018, p.172).

Quintanilha (2019), desde logo, num estudo sobre a autorrepresentação dos jornalistas em Portugal, recorda os trabalhos de Larson (1977) sobre os futuros desprofissionalizantes, para concluir que, no entendimento dos próprios profissionais, a profissão tende para as dimensões de insegurança, de precarização e, concomitantemente, para a sua desprofissionalização. Relativamente a esta tendência para a desprofissionalização no jornalismo, Fenton (2010) alega que, na base desta tendência, estão fundamentalmente fatores associados a uma precariedade processual desregulada pelos trabalhos em polivalência e multitarefa, contrários à noção de perícia tão associada à diferenciação da profissão de jornalista.

Cohen (2017), por outro lado, lembra-nos as figuras da terceirização e do *freelancing* como tendências precarizantes hegemónicas abraçadas pelo jornalismo, e que estas tendências, nomeadamente o *freelancing*, são muitas vezes vendidas pelos empregadores como uma espécie de bilhete para uma condição perante o trabalho mais vantajosa, de mais fácil conciliação entre as vidas profissional e familiar, libertando aqueles que se incluem nessa categoria, dos horários de trabalho mais rígidos, ao mesmo tempo que estas novas tendências do mercado de trabalho se estabelecem como “pensos rápidos” para as necessidades das empresas.

Örnebring (s.d.), por seu turno, observa que a precariedade no jornalismo está de tal forma disseminada e institucionalizada, que o sentimento dos profissionais face à mesma, nomeadamente aqueles que iniciam as suas carreiras, tende para a sua normalização, como se de uma espécie de prólogo para o alcance de um estatuto de trabalho permanente se tratasse. Isto implica que aqueles trabalhadores que se encontram em situação mais precária, sejam igualmente os mesmos que estão mais suscetíveis a sofrer pressões e diferentes tipos de coerção (Garcia, Marmeleira, & Matos, 2014; Sousa, & Ferreira, 2014), muito na lógica das precariedades explícita e implícita discutidas por Alberti [et al.] (2018).

Örnebring (s.d.) considera ainda que um dos aspetos mais visíveis desta precariedade reside num novo estatuto de não-exclusividade do jornalista que, confrontado com os seus problemas de gestão diária, e não conseguindo viver apenas da atividade jornalística, é obrigado a acumular segundos trabalhos. A este respeito, Cohen (2016) alude que a perceção da precariedade pelos próprios trabalhadores assume, ela própria, efeitos nefastos no exercício da atividade profissional, ao nível da motivação e da

disponibilidade intelectual necessárias para o exercício das funções, ao mesmo tempo que implica uma generalizada descrença relativamente a qualquer possibilidade de progressão nas carreiras (Pacheco, & Sousa Freitas, 2014).

Em última análise, a revisão da literatura sobre precariedade no jornalismo mostra-nos que esta é uma precariedade fundamentalmente bi-nível. Por um lado, é uma precariedade ao nível do contrato de trabalho, onde a emergência e consolidação do jornalismo *online* no contexto do mercado laboral flexível, levou ao despedimento de muitos jornalistas e à tendência para a terceirização do trabalho, para o trabalho parcial e contingencial. Por outro, é uma precariedade da própria prática profissional (de procedimentos e de funções), na medida em que a tendência para a racionalização de recursos nas organizações de media, e para o fazer mais, com menos e mais depressa, institui uma segunda tendência de despadrãoização e descompetencialização no trabalho jornalístico, com os jornalistas, em menor número, em resultado do número de despedimentos, a terem de fazer mais, com impacto nas suas vidas privadas, ao mesmo tempo que passam a poder subverter o princípio da perícia do trabalho dispendioso que exige tempo.

3. Metodologia

Este artigo sustenta-se na análise de um conjunto de dados quantitativos extraídos de quatro inquéritos aplicados pelo Observatório da Comunicação em Lisboa (OberCom), e um inquérito aplicado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), inquéritos estes aplicados pelas duas instituições no espaço de uma década (2010-2019). A particularidade desta década reside no fato de ter sido atravessada por importantes episódios com implicações na vida política, económica e social do país, como foi, por exemplo, o período austeritário vivido de 2011 a 2014, com impacto na economia familiar e no poder de compra dos portugueses, e o período atual, pós-2015/2016, de rescaldo da fase mais aguda da crise das dívidas soberanas.

Os cinco inquéritos foram dirigidos aos jornalistas portugueses, variando a sua amostra em função dos critérios escolhidos.

Os inquéritos aplicados pelo Observatório da Comunicação foram os seguintes: 1) “*Desafios do Jornalismo, 2010*” (Cardoso, Espanha, & Lima, 2010), aplicado a 212 jornalistas; 2) “*Desafios do Jornalismo, 2012*” (Cardoso, Espanha, Mendonça, & Lima, 2012), aplicado a 272 jornalistas; 3) “*Jornalistas e Condições Laborais: retrato de uma profissão em transformação, 2017*” (Cardoso, Mendonça, Crespo, Azevedo, Sousa, & Paisana, 2017), aplicado a 1217 jornalistas, com o apoio da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista; e, 4) por último, o inquérito “*O que devem saber os Jornalistas? Práticas e Formação em Portugal, 2019*” (Cardoso, Baldi, Crespo, Martinho, Pais, Paisana, & Couraceiro, 2019), aplicado a 236 jornalistas.

Todos os inquéritos aplicados pelo OberCom seguiram o método de amostragem não-probabilística por conveniência, o que equivale a dizer que foram enviados para um conjunto de contactos previamente determinados numa base de dados para o efeito. Relativamente ao inquérito aplicado pelo CIES/ISCTE-IUL, “*As novas gerações de jornalistas portugueses, 2010-2013*” (Rebelo, 2014), seguiu-se novamente o critério da amostra não probabilística por conveniência, a partir dos contactos reunidos pela entidade parceira do estudo, novamente a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

Os dados foram interpretados de acordo com análise descritiva univariada das variáveis escolhidas para análise, nos vários inquéritos, sendo que os parâmetros retirados dos diferentes inquéritos foram todos aqueles associados às representações sobre precariedade na profissão de jornalista, isto é, perguntas que, de acordo com o referencial teórico sobre precariedade, estivessem associadas a uma discussão mais abrangente de precariedade profissional.

Assim, e à semelhança daquilo que acontece com a análise de conteúdo, que procura “sintetizar e reduzir a quantidade de informação disponível, para chegar a uma interpretação das principais tendências e padrões presentes nos seus dados” (Lima, 2013, p.7), a análise dos dados quantitativos fornecidos pelos diferentes inquéritos privilegiou apenas aquelas questões relacionadas com precariedade no jornalismo, dentro de um conjunto bem mais abrangente de dados e perguntas dirigidas aos jornalistas, perguntas essas que vão desde a relação destes com a plethora tecnológica, às questões relacionadas com a interação com os consumidores de notícias, passando pela relação com as fontes de informação, entre outras.

Relativamente à caracterização das amostras, podemos avançar o seguinte:

- A amostra de 212 jornalistas envolvidos no estudo *“Desafios do Jornalismo, 2010”*, foi constituída por 50,5% do sexo masculino e 49,5% do sexo feminino. 33% dos inquiridos declararam exercer atividade no sector da imprensa, 45,3% no sector da televisão, e 21,7% no sector da rádio;
- A amostra de 272 jornalistas que fez parte do estudo *“Desafios do Jornalismo, 2012”*, foi composta por 50,4% do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino. Cerca de 34% dos inquiridos anunciaram trabalhar no sector da imprensa, 20,8% no sector da televisão, 16,1% no sector da rádio, 19,7% no sector da imprensa exclusivamente online, e 9,3% noutros sectores (online, agência noticiosa, etc.);
- No que concerne ao estudo *“As novas gerações de jornalistas em Portugal, 2010-2013”*, foram inquiridos 1965 jornalistas, tendo sido validadas 515 respostas (26,2% sobre o total). A amostra foi constituída por 63,5% de inquiridos do género feminino;
- A amostra envolvida no estudo de 2017, *“Jornalistas e Condições Laborais: retrato de uma profissão em transformação”*, foi constituída por 51,8% de inquiridos do sexo masculino e 48,2% do sexo feminino. 46,5% declararam trabalhar para o sector da imprensa, 15,9% para o segmento do jornalismo online, 20,3% para o sector da televisão, 12,4% para o sector da rádio, 7,6% trabalhavam à data com redes sociais, e 6,2% exerciam atividade noutros segmentos;
- Relativamente ao estudo de 2019, *“O que devem saber os Jornalistas? Práticas e Formação em Portugal”*, 49,6% dos inquiridos pertenciam ao sexo feminino e 50,4% ao sexo masculino. Praticamente metade da amostra (48,2%) declarou exercer atividade primária no setor da imprensa, aparecendo aqueles ligados à rádio e à televisão como menos representados, com 16,1% e 13,1%, respetivamente.

Apesar de alguns destes inquéritos, nomeadamente os inquéritos *“Desafios do jornalismo, 2010”* e *“Desafios do Jornalismo, 2012”*, partilharem questões, todos os restantes inquéritos apresentam questões formuladas de forma dissemelhante, pelo que a análise aos dados será feita de forma isolada, mediante os diferentes inquéritos, sendo a leitura dos dados posteriormente integrada num conjunto de interpretações gerais na parte da discussão.

Alguns dos inquéritos produzidos focam-se mais em determinadas temáticas do que outros. O caso do relatório *Desafios do Jornalismo* é disso exemplo, com um grande

número de questões voltadas para assuntos que não diretamente ligados à questão da precariedade, ao passo que os outros dois inquéritos produzidos pelo OberCom abordam outros pontos fundamentais na interpretação da dimensão de precariedade no jornalismo. De referir ainda que a amplitude das perguntas colocadas nos diferentes inquéritos visou, sobretudo, alargar o espectro de análises, tendo como pano de fundo os múltiplos desafios colocados ao jornalismo.

4. Resultados

Apresentam-se agora, isoladamente, os principais resultados obtidos nos diferentes inquéritos, que melhor respondem aos objetivos de pesquisa do presente artigo, e que podem ajudar a perceber as variantes de precariedade no âmbito da atividade profissional.

4.1. “Desafios do Jornalismo, 2010”

A maioria dos inquiridos considerou que o jornalista tem um papel cada vez mais generalista, dependente da capacidade de abraçar os vários formatos e de produzir conteúdos nas diversas plataformas para fazer face ao “contexto de competição exacerbada” (Garcia, Marmeleira, & Matos, 2014, p.17), o que, em traços gerais, leva a um ideal de despadronização e de abandono da departamentalização do trabalho no jornalismo que, para Fenton (2010), é uma das características da sua tendência para a desprofissionalização. Cerca de 9% dos jornalistas inquiridos declararam trabalhar para mais do que uma organização de media.

4.2. “Desafios do Jornalismo, 2012”

Os dados obtidos após a aplicação deste inquérito, seguem, traços gerais, as tendências registadas na sua versão anterior – “*Desafios do Jornalismo, 2010*”. A maioria dos inquiridos, tal como registado em 2010, considerou que os jornalistas terão de saber e terão de passar a produzir conteúdos nos diferentes formatos e plataformas que, como referido anteriormente, é uma das características da despadronização do trabalho jornalístico.

Este relatório mostra também que, de 2010 para 2012, houve um aumento do número de jornalistas que viam com pessimismo o futuro da profissão e a continuidade dos órgãos de comunicação social para os quais trabalham. Para cerca de 70% dos inquiridos, era na altura provável que o número de jornalistas afetos aos vários órgãos de comunicação social viesse a diminuir.

4.3. “As novas gerações de jornalistas em Portugal, 2010-2013”

Relativamente ao inquérito aplicado com a chancela CIES-IUL, constatou-se que, dos 515 jornalistas inquiridos, “cerca de metade [49,9%] dispunha de um contrato de trabalho sem termo, o que equivale a dizer que a outra metade estava, profissionalmente, em situação de precariedade” (Garcia, Marmeleira, & Matos, 2014, p.4). Como consequência, cerca de 63% dos jornalistas envolvidos neste estudo asseveraram já ter pensado abandonar a profissão. Entre as várias razões associadas à justificação do abandono da profissão, foram sublinhados motivos como a baixa remuneração, stresse, precariedade, falta de emprego, desmotivação e cansaço, ausência de progressão, desgastes físico e psicológico, pouco tempo para a família, e falta de reconhecimento,

sendo igualmente referidas as condições de instabilidade laboral e instabilidade económica (Pacheco, & Sousa Freitas, 2014, p.31).

De igual modo, uma mesma maioria assumiu estar insatisfeita com a profissão, que caracterizam como instável, ao mesmo tempo que as expectativas de progressão de carreira eram, em média, baixas. A maioria dos inquiridos via ainda como provável a possibilidade de vir a cair em situação de desemprego no futuro, sendo que 22,1% dos inquiridos consideraram ter interrompido a profissão, em algum momento do seu percurso profissional.

Cerca de 49% dos jornalistas inquiridos afirmaram trabalhar mais do que as 8 horas diárias num dia normal de trabalho, para cumprir aquilo que se designa por objetivos de produção, ao passo que 80% dos jornalistas declararam trabalhar para mais do que uma plataforma, evidenciando uma vez mais a necessária condição de polivalência para fazer face aos mercados de trabalho saturados profundamente competitivos, polivalência essa que é um dos indutores de descompetencialização, despadrãoização e de antagonização da departamentalização do trabalho jornalístico (Fenton, 2010).

4.4. “Jornalistas e Condições Laborais: retrato de uma profissão em transformação, 2017”

Os inquiridos envolvidos neste estudo revelaram-se tendencialmente insatisfeitos com as condições de trabalho que lhes são impostas. A maioria dos inquiridos falou de uma estagnação na carreira profissional que durava, à data da realização do estudo, há pelo menos 7 anos.

Mais de 80% dos inquiridos declararam não ter sido remunerados pelas horas extraordinárias de trabalho desempenhado, sendo que, do total de jornalistas inquiridos, apenas 29,6% afirmavam trabalhar o número de horas estipulado no contrato de trabalho. Isto levou a que mais de 64% dos inquiridos tivessem ponderado abandonar a profissão. A este número acrescem os cerca de 40% de inquiridos que consideravam que, se pudessem, não teriam optado pelo jornalismo, numa tendência que é reveladora do desencantamento face à profissão, desencantamento esse que é uma característica da sua precariedade (Quintanilha, 2019).

76% dos jornalistas portugueses inquiridos declararam que a pressão para produzir cada vez mais peças jornalísticas já é uma pressão sentida e tenderá a agravar-se no futuro. Um futuro onde, para a grande maioria dos inquiridos no estudo (80,5%), os jornalistas estarão sempre a trabalhar no sentido de poderem responder aos fluxos contínuos de trabalho.

Em relação ao volume de trabalho e de procedimentos, 46% declararam não conseguir conciliar as vidas profissional e familiar. Esta constatação levou a que se tivesse considerado que, no futuro, os jornalistas acabarão por não conseguir desligar-se completamente das suas tarefas de trabalho. A isto acresce a ideia de que o trabalho sob stresse é e tenderá a ser identificado como uma das características e um dos pontos-chave na compreensão do trabalho em jornalismo.

4.5. “O que devem saber os Jornalistas? Práticas e Formação em Portugal, 2019”

Este último inquérito realizado pelo OberCom aprofundou a questão da condição perante o trabalho dos jornalistas inquiridos. Constatou-se que cerca de 59% dos jornalistas têm um contrato por tempo indeterminado, sem termo, ao passo que 23,3% trabalham como freelancers e 12,3% a termo certo. Contabilizou-se ainda 3% de

estagiários entre a amostra de inquiridos (estágios profissionais e curriculares). Este inquérito aponta novamente a questão da formação e competências como condições cruciais na integração e evolução das carreiras.

Este inquérito, mesmo não tendo sido aplicado a uma amostra representativa da classe jornalística, tem como principal valor-acrescentado para o presente objeto de estudo mostrar que existe uma percentagem muito grande de jornalistas a trabalhar sem contrato de trabalho por tempo indeterminado, o que é uma das principais características de precariedade no emprego.

5. Discussão

A discussão dos dados obtidos nos diferentes inquéritos deverá ter em conta a teoria produzida sobre a precariedade no trabalho e a precariedade no jornalismo. É desta forma que, ao propor-se uma tipologia de precariedade na profissão de jornalista, aproximam-se os dados analisados à teoria produzida sobre o tema em análise.

Em traços gerais, os diversos estudos sobre as transformações no jornalismo evidenciam uma profissão em ritmo fundamentalmente precarizante (Garcia, Marmeleira, & Matos, 2014), fruto do impacto das tecnologias de informação e da digitalização na reconfiguração dos media e da economia global nos processos de flexibilização laboral, tal como defendido por múltiplos autores (Sádaba, 2016; Dantas, 2017; Matos, 2017).

Tendendo para resultados aproximados, os dados relativos aos cinco inquéritos aplicados mostram que os jornalistas portugueses tendem a olhar com pessimismo para o futuro do jornalismo e sem grande expectativa relativamente a questões como a progressão nas carreiras, sendo a insatisfação perante a profissão, a sua consequência, numa aproximação às características da precariedade no trabalho, tal como definida por Paugam (2000).

Muitos destes jornalistas já pensaram em abandonar a profissão, sendo que é também usual muitos deles terem deixado de exercer a profissão durante algum momento das suas vidas ativas. Os principais motivos elencados são a fraca remuneração, o stresse, o desencantamento, o cansaço, a desmotivação, o desgaste, a falta de tempo para a família, e, de um modo geral, a precariedade.

Por outro lado, temos a precariedade do emprego, entendida por Paugam (2000) como a precariedade contratual relacionada com a instabilidade da relação de emprego. No jornalismo, este tipo de precariedade encontra expressão nos contratos a termo certo e no trabalho contingencial, nos estágios, no *freelancing*, que são uma constante, constituindo os jovens o grupo mais afetado. Tal acontece, fundamentalmente, porque “um jovem contratado a prazo ou a recibo verde, sujeita-se mais facilmente a salários reduzidos e a horas extraordinárias” (Garcia, Marmeleira, & Matos, 2014, p.16). Para além disso, “os jornalistas mais jovens são os mais vulneráveis a condições contratuais dúbias (...) [onde] há uma tendência maior para a permeabilidade a pressões” (Pacheco, & Sousa Freitas, 2014, p.24). Para Pacheco e Sousa Freitas (2014, p.23), “os jornalistas mais jovens acabam por ser alvo de muitos dos efeitos descritos porque são os elos mais fracos na cadeia de produção: com a diminuição do mercado de trabalho provocada pelo recrudescimento das receitas publicitárias, maior é a dificuldade em aceder a um lugar e maior também a probabilidade de se ficar vinculado a uma situação precária”.

Adicionalmente, um grande número de jornalistas declara trabalhar mais do que as 8h diárias, sem a devida remuneração compensatória do tempo extra de trabalho, havendo inclusivamente o sentimento de que, no futuro, o jornalista estará sempre a

trabalhar, mesmo no período que deveria ser entendido como período de descanso. Tal tenderá a acontecer de forma a que os jornalistas consigam responder aos fluxos contínuos da informação e à pressão sentida na produção de um cada vez maior número de peças jornalísticas nos múltiplos formatos e plataformas que constituem a figura da polivalência que, na teoria, faz também parte das características da precariedade, no sentido em que é geradora de descompetencialização e despadronização da prática profissional.

A perspetiva do alargamento do tempo de trabalho, que se prolonga para além das 8 horas diárias, leva a que um grande número de jornalistas não consiga conciliar as suas vidas profissional e familiar, no sentido em que há um esbatimento da fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre - “No meio, há uma noção de que aos jornalistas empregados podem pedir-se horas extraordinárias não remuneradas” (Pacheco, & Sousa Freitas, 2014, p.23). O resultado disto, para um grande número de jornalistas, é um mundo de stresse, com implicações nas suas vidas privadas.

Este tipo de precariedade, não integrado de forma tão óbvia na tipologia de Paugam (2000) em que predominam dois fatores (precariedade do emprego e precariedade no trabalho), consolida-se como uma precariedade da prática profissional ou uma precariedade procedimental e funcional, muito característica do jornalismo pós-industrial imediatista e sôfrego, que tende para o abandono da departamentalização e para a descompetencialização (Fenton, 2010), e que, numa primeira análise, se poderia miscigenar no próprio significado de precariedade no trabalho, mas que extravasa os limites conceptuais desse conceito, na medida em que não diz propriamente respeito às condições de trabalho, mas mais às idiossincrasias de uma profissão que é das mais afetadas pelo impacto da disrupção tecnológica (Flávian, & Gurrea, 2006) nos procedimentos, valores e objetivos da profissão.

Em última análise, as características definidas na teoria como fazendo parte da dimensão de precariedade no trabalho, parecem destacar-se na profissão de jornalista, com o acréscimo de se vislumbrar um terceiro tipo de precariedade que constitui assim um dos maiores contributos deste artigo. Assim, ao propormos estes três tipos de precariedade no jornalismo, estamos, em primeiro lugar, a discutir a antagonização dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores (Quinlan, 2013), com os contratos a termo certo e o trabalho contingencial mal remunerado, assim como os “estágios realizados em regime de rotatividade contínua” (Pacheco e Sousa Freitas, 2014, p.23) e sem qualquer perspetiva de emprego seguro a serem uma constante na realidade dos jornalistas em Portugal – aquilo a que Alberti [et al.] (2018) designa como precariedade explícita. Por outro lado, o aumento do número de horas extra de trabalho e das multitarefas indutoras de descompetencialização surgem como um dos sinais mais óbvios de uma prática precarizada, onde o trabalhador tende a internalizar a ideia de que deverá estar sempre apto a trabalhar e a desempenhar mais tarefas, em formatos múltiplos, e no menor espaço de tempo possível (Quintanilha, 2019). Por último, e como consequência, temos a evidência de uma classe profissional fortemente angustiada, fruto da sua insatisfação perante o trabalho e para com a profissão, algo que remete para o significado de precariedade no trabalho, tal como defendida por Paugam (2000), isto é, que a insatisfação perante o trabalho remete para más condições laborais.

Adicionalmente, parecerem refulgir outros mecanismos de precariedade no jornalismo que entroncam nas ideias de Asahina (2019), a saber: 1) precariedade por desajustamento das expetativas de trabalho, onde o trabalho extra não remunerado surge

como principal exemplo; 2) precariedade coerciva – entendida por Alberti [et al.] (2018) como precariedade implícita –, na forma de um *zeitgeist* simbólico que incita o trabalhador a trabalhar mais, sob pena de perder a sua posição competitiva num mercado de trabalho saturado; e 3) precariedade por consentimento relutante, muito característica do grupo de jornalistas mais vulnerável, que é o grupo de jovens jornalistas, onde decorre fundamentalmente uma aceitação da condição de precariedade como uma espécie de prólogo aceitável para o desejado estatuto de trabalhador permanente.

E no meio de toda esta precariedade está a certeza de que existem exceções, e que estas exceções são sobretudo determinadas pela realidade das cúpulas diretivas nos grupos de media. A este respeito, Pacheco e Sousa Freitas (2014, p.22) lembram-nos que, “apesar do aumento do desemprego e da precariedade, bem como dos cortes salariais, as despesas globais com remunerações nas empresas de media têm crescido: entre 2006 e 2010, aumentaram 7%”. Para as autoras, “este aparente paradoxo deve-se ao aumento das remunerações pagas aos conselhos de administração” (Pacheco, & Sousa Freitas, 2014, p.22).

Assim, propõe-se a seguinte tipologia de precariedade, a três níveis, na profissão de jornalista.

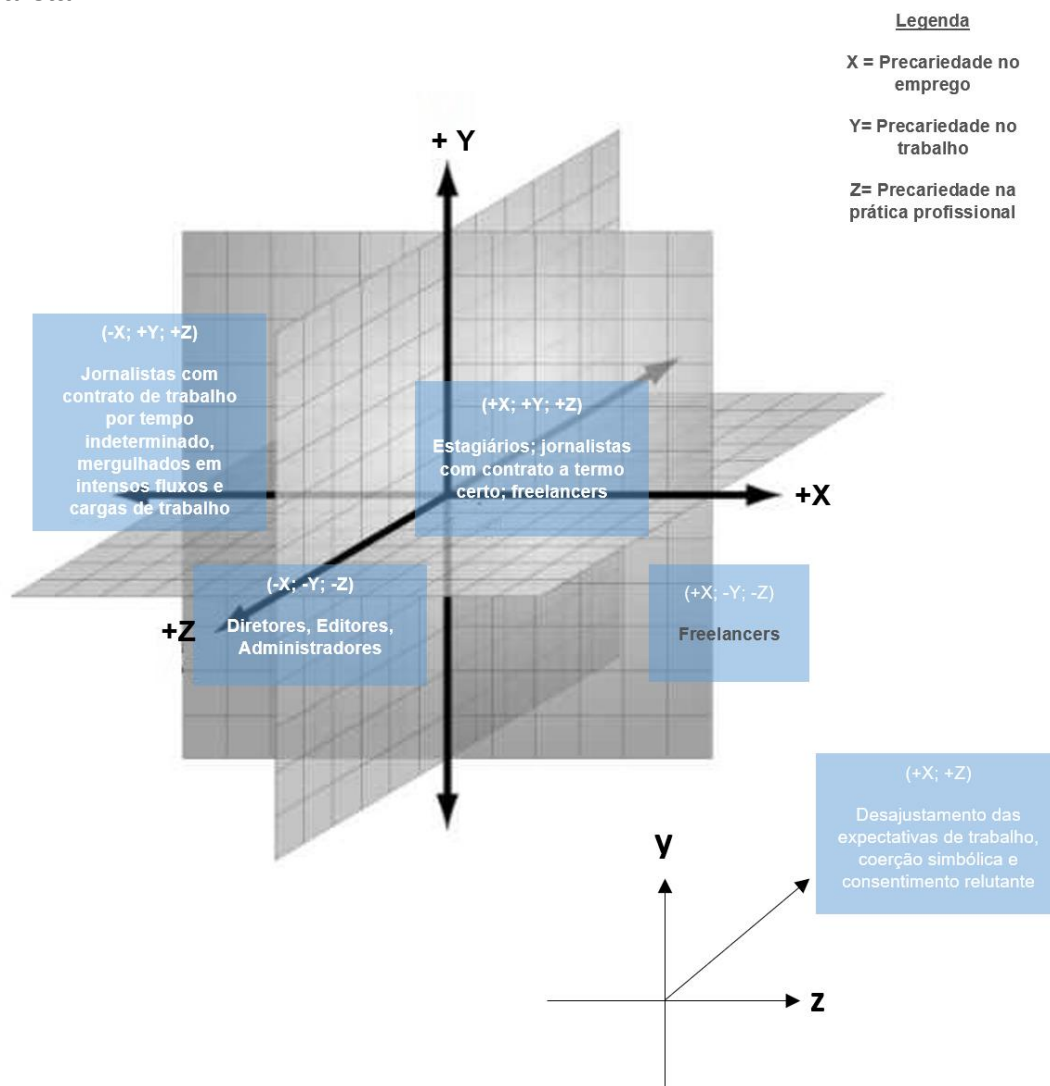


Figura 1 – Tipologia de precariedade na profissão de jornalista (um contributo)

Fonte: elaboração própria

6. Conclusões

Chegados ao fim deste artigo, consideramos válida a ideia de que os jornalistas portugueses “vivem numa incerteza profissional” (Garcia, Marmeleira, & Matos, 2014, p.18) que é fortemente indutora de precariedade. Uma precariedade que não se estabelece como uma realidade monolítica, caracterizada por indiferenciação, uma vez que as diferentes condições do jornalista perante o trabalho (i.e. diferentes tipos de contrato), as diferentes relações do jornalista perante a sua prática profissional (i.e. número de horas de trabalho, tipos e fluxos de trabalho, etc.), e o sentimento para com a profissão, definem diferentes graus de precariedade que implicam – e esta é a principal contribuição deste estudo – a construção de uma tipologia de precariedade no jornalismo.

Esta tipologia, que comporta três níveis, foi assim ajustada a um referencial cartesiano no espaço, ou referencial ortogonal, com a exposição anteriormente evidenciada na figura 1, a saber:

- a) Quadrante (+x; +y; +z), composto pelos jornalistas em profunda precariedade no emprego (x), no trabalho (y), e na prática profissional (z), e que constituem geralmente o grupo dos estagiários, dos jornalistas com contrato de trabalho a termo certo e *freelancers*, todos com grandes cargas de trabalho associadas ao desempenho das funções;
- b) Quadrante (-x; +y; +z), composto pelos jornalistas pouco precarizados ao nível do contrato e do emprego, mas muito precarizados ao nível do trabalho e da prática, e que são os jornalistas com contrato de trabalho por tempo indeterminado, mas mergulhados em intensos fluxos e cargas de trabalho geradoras de angústia e insatisfação;
- c) Quadrante (-x; -y; -z), que são os profissionais menos precarizados nos três níveis, e que constituem o grupo dos diretores, editores e administradores;
- d) e ainda o quadrante (+x; -y; -z) que constitui o grupo ambíguo dos *freelancers*. O facto de os jornalistas *freelancers* aparecerem também neste quadrante, para além do quadrante (+x; +y; +z), não é um acaso, no sentido em que se pretende sublinhar a ideia de que é frequente descrever-se o trabalho em regime de *freelancing* como um “bilhete para a boa vida” (Cohen, 2017), ao gerar maior tempo livre e ao ter menores cargas de trabalho que o distinguem de outros trabalhadores. Apesar de esta ideia ser combatida pelo próprio Cohen (2017), desde logo porque o *freelancer* é um trabalhador em condição de emprego precário, e de os autores deste estudo visualizarem esta condição como estando mais próxima do primeiro quadrante (+x; +y; +z), considerou-se relevante proceder a esta pequena derivação no modelo.

Por último, importa referir que, nesta tipologia, a precariedade no trabalho (y) e a precariedade da prática profissional (z) tenderão a seguir um padrão idêntico e a correlacionar-se com as dimensões de precariedade definidas por Asahina (2019), isto é, precariedade induzida por desajustamento das expectativas de trabalho, por exemplo em relação ao princípio de evolução e progressão das carreiras; e precariedades induzidas por coerção simbólica e por consentimento induzido, em questões como o facto de os jornalistas tenderem a internalizar a ideia de que, no futuro, terão de estar sempre disponíveis para trabalhar, com implicações nas relações entre vidas privada e profissional.

7. Referências

- Accardo, A. (1998). *Journalistes Précaires, Journalistes Au Quotidien*. France: Agone.
- Alberti, G., Bessa, I., Hardy, K., Trappmann, V., & Umney, C. (2018). In, Against and Beyond Precarity: Work in insecure times. *Work, Employment and Society*, 32(3), pp. 447-457. <https://doi.org/10.1177/0950017018762088>
- Allison, A. (2012). Ordinary Refugees: Social Precarity and Soul in 21st Century Japan. *Anthropological Quarterly*, 85(2), pp. 345–370.
- Asahina, Y. (2019). Precarious regular workers in Japan. *Japan Forum*, 0(0), pp. 1-25. <https://doi.org/10.1080/09555803.2019.1677745>
- Banás, M. (2019). Uncertainty management strategies in the process of identity formation of Polish young adults. In E. Colombo & P. Rebughini (Eds.). *Youth and the Politics of the Present: Coping with Complexity and Ambivalence*. New York: Routledge, pp.113-125.
- Bauman, Z. (1998). *Globalization: The Human Consequences*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. London: Polity.
- Beckett, C. (2010). *The Value of Networked Journalism*. Polis Journalism and Society: London School of Economics and Political Science.
- Benach, J., Vivas, A., Amable, M., Vanroelen, C., Tarafa, G., & Muntaner, C. (2014). Precarious employment: Understanding an emerging social determinant of health. *Annual Review of Public Health*, 35, 229-253. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-032013-182500>
- Bobkov, V. (2019). Society Under Threat of Precarity of Employment. In V. Bobkov & P. Herrmann (Eds.). *Digitisation and Precarisation*. Berlin: Springer, pp. 51-71.
- Bourdieu, P. (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton & Co.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2000). *Acts of Resistance: Against the New Myths of Our Time*. London: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2001). *Contrafogos 2: Por um Movimento Social Europeu*. Oeiras: Celta Editora.
- Cardoso, G. (2006). *The Media in the Network Society: Browsing, News, Filters and Citizenship*. Lisboa: CIES ISCTE.
- Cardoso, G., Espanha, R., & Lima, T. (2010). *Desafios do Jornalismo*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Cardoso, G., Espanha, R., Mendonça, S., & Lima, T. (2012). *Desafios do Jornalismo*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Cardoso, G., Mendonça, S., Crespo, M., Azevedo, J., Sousa, J., & Paisana, M. (2017). *Jornalistas e Condições Laborais: Retrato de uma Profissão em Transformação*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Cardoso, G., Baldi, V., Crespo, M., Martinho, A. P., Pais, P. C., Paisana, M., & Couraceiro, P. (2019). *O que devem saber os Jornalistas? Práticas e Formação em Portugal*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Castells, M. (1989). *The informational city: Information technology, economic restructuring, and the urban-regional process*. Oxford: Blackwell.
- Castells, M. (2002). *The internet galaxy: Reflections on the internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press.
- Carroza, C. (2018). Re-conceptualizing social research in the “digital era”: Issues of scholarships, methods, and epistemologies. *Análise Social*, 228(3), pp. 652-671.
- Cohen, N. S. (2016). *Writers’ rights. Freelance Journalism in a Digital Age*. Montreal, Quebec: McGill-Queen’s University Press.

- Cohen, N. S. (2017). Venture Labor, Media Work, and the Communicative Construction of Economic Value: Agendas for the field and critical commentary: Freelancing as the Good Life? *International Journal of Communication*, 11, pp. 2030-2032.
- Colombo, E. & Rebughini, P. (2019). A complex uncertainty: young people in the riddle of the present. In E. Colombo & P. Rebughini (Eds.). *Youth and the Politics of the Present: Coping with Complexity and Ambivalence*. New York: Routledge, pp. 1-16.
- Cuzzocrea, V. (2019). Flexi-lives: Facing the mobility imperative. In E. Colombo & P. Rebughini (Eds.). *Youth and the Politics of the Present: Coping with Complexity and Ambivalence*. New York: Routledge, pp. 44-55.
- Dantas, J. B. (2017). Crise, precarização e mudanças estruturais: reflexões sobre tendências teóricas. *Mediapolis*, 5, pp. 39-49.
- Deuze, M. (2005). What is Journalism? Professional Identity and Ideology of Journalists Reconsidered. *Journalism*, 6(4), pp. 442-64. <https://doi.org/10.1177/1464884905056815>
- Deuze, M. & Witschge, T. (2018). Beyond Journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, 19(2), pp. 165-181. <https://doi.org/10.1177/1464884916688550>
- Fenton, N. (2010). News in the Digital Age. In A. Stuart (Ed.). *The Routledge Companion to News and Journalism*. New York: Routledge, pp. 557-567.
- Flavián, C. & Gurrea, R. (2006). The Impact of the Internet on press sector: New possibilities of digital press versus traditional press. *Journal of Internet Banking and Commerce*, 11(3). Disponível em: <http://www.icommercecentral.com/open-access/the-impact-of-the-internet-on-press-sector-new-possibilities-of-digital-press-versus-traditional-press-1-4.php?aid=38563>
- Gallie, D. & Paugam, S. (2002). Social Precarity and Social Integration. Report for the European Commission Directorate-General Employment Eurobarometer 56.1. Directorate – General Press: Brussels, Belgium. Retirado de: https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_162_en.pdf
- Gandini, A. & Leonini, L. (2019). The myth of flexibility: young adults' expectations of work in the digital economy in Milan. In E. Colombo & P. Rebughini (Eds.). *Youth and the Politics of the Present: Coping with Complexity and Ambivalence*. New York: Routledge, pp. 101-112.
- Garcia, J. L., Marmeleira, J., & Matos, J. L. (2014). Incertezas, vulnerabilidades e desdobramento de actividades. In J. Rebelo (Ed). *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 9-19.
- Giddens, A. (1991). *The consequences of modernity*. Polity Press: Cambridge.
- Giddens, A. (2000). *Runaway world*. New York: Routledge.
- Han, C. (2018). Precarity, Precariousness, and Vulnerability. *Annual Review of Anthropology*, 47(1), pp. 331-343.
- Hardt, M. & Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Cambridge, MA: Belknap Press/Harvard University Press.
- Larson, M. S. (1977). *The Rise of Professionalism. A Sociological Analysis*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Le Blanc, G. (2007). *Vidas ordinarias, vidas precarias*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Lemke, S. (2016). *Inequality, poverty, and precarity in contemporary American culture*. New York: Palgrave MacMillan.
- Lima, J. A. (2013). Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(1), pp. 7-9. https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1
- Lorey, I. (2015). *State of Insecurity: Government of the Precarious*. London: Verso.

- Matos, J. N. (2017). Mão de ferro e coração bom: neopaternalismo e precariedade no mundo do jornalismo. In J. N. Matos; C. Baptista & F. Subtil (Eds.). *A crise do jornalismo em Portugal*. Senhora da Hora: Deriva Editores & Le Monde diplomatique, pp. 149-157.
- McNair, B. (2006). *Cultural Chaos: Journalism, news and power in a globalized world*. London: Routledge.
- Nichols, T. & Walters, D. (2013). *Safety or Profit? International studies in governance, change and the work environment*. Amityville, New York: Baywood Publishing Company, Inc.
- Örnebring, H. (s.d.). Journalists thinking about precarity: making sense of the new normal. *ISOJ Research*. Disponível em: <http://isoj.org/research/journalists-thinking-about-precarity-making-sense-of-the-new-normal/>
- Ortner, S. B. (2016). Dark Anthropology and Its Others: Theory since the Eighties. *Journal of Ethnographic Theory*, 6(1), pp. 47–73.
- Pacheco, L. & Freitas, H. S. (2014). Poucas expectativas, algumas desistências e muitas incertezas. In J. Rebelo (Ed). *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 21-35.
- Paugam, S. (2000). *Le salarié de la précarité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Paugam, S. & Russell, H. (2000). The effects of employment precarity and unemployment on social isolation. In D. Gallie & S. Paugam (Eds). *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 243-263.
- Quinlan, M. (2013). Precarity and workplace well-being: A general review. In T. Nichols & D. Walters (Eds.). *Safety or Profit International studies in governance, change and the work environment*. Amityville, New York: Baywood Publishing Company, Inc., pp. 17-32.
- Quintanilha, T. L. (2019). Journalists' professional self-representations: A Portuguese perspective based on the contribution made by the sociology of professions. *Journalism*, 0(0), pp. 1-18. <https://doi.org/10.1177/1464884919828246>
- Rebelo, J. (Org.). *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Roque, I. M. B. (2013). A precariedade dos estudantes académicos no universo dos call centres. *International Journal on Working Conditions*, 6, pp. 18-36.
- Sádaba, C. (2016). Los 'labs' de medios en España: modelos y tendencias. In A. Casero-Ripollés (Ed.). *Periodismo y democracia en el entorno digital*. Salamanca: Sociedad Española de Periodística, pp. 149-164.
- Singer, J. B. (2010). Journalism in the Network. In A. Stuart (Ed.). *The Routledge Companion to News and Journalism*. New York: Routledge, pp. 277-286.
- Smith, C. & Pun, N. (2018). Class and precarity: an unhappy coupling in the case of China's working class. *Work, Employment and Society*, 32(3), pp. 599–615.
- Sonwalker, P. (2019). From by-line to bottom-line: Trust deficit in world's largest democracy. *Journalism*, 20(1), pp. 60-63. <https://doi.org/10.1177/1464884918809270>
- Sousa, P. D. & Ferreira, V. (2014). As pressões extraeditoriais sobre os jovens jornalistas portugueses. In J. Rebelo (Ed.) (2014). *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 83-116.
- Standing, G. (2011). *The Precariat: The new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic.
- Standing, G. (2014). The Precariat - the new dangerous class. *Amalgam*, 6(6–7), pp. 115–119.
- Tanikawa, M. (2017). What Is News? What Is the Newspaper? The Physical, Functional, and Stylistic Transformation of Print Newspapers, 1988–2013. *International Journal of Communication*, 11, pp. 3519–354.

- Tejerina, B. (2019). Youth and precariousness in Spain: Beyond a waiting time. In E. Colombo & P. Rebughini (Eds.). *Youth and the Politics of the Present: Coping with Complexity and Ambivalence*. New York: Routledge, pp.88-100.
- van den Bulck, H., Donders, K., & Lowe, G. F. (2018). Public Service Media in the networked society. What society? What Network? What Role? In G. F. Lowe; H. Van den Bulck & K. Donders (Eds.). *Public Service Media in the Networked Society*. Gothenburg: Nordicom, pp. 11-26.
- van der Haak, B., Parks, M., & Castells, M. (2012). The future of Journalism: Networked Journalism. *International Journal of Communication*, 6, pp. 2923-2938.
- Zelizer, B. (2015). Terms of choice: uncertainty, journalism and crisis. *Journal of Communication*, 65(5), pp. 888-908. <https://doi.org/10.1111/jcom.12157>

Agradecimentos

Os autores agradecem os importantíssimos comentários e sugestões deixados pelos revisores.